

MARXISMO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS (PARTE II)

MARXISMO Y EDUCACIÓN: DESAFÍOS CONTEMPORÂNEOS (PARTE II)

MARXISM AND EDUCATION: CONTEMPORARY CHALLENGES (PART II)

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i2.70341>

Hélio da Silva Messeder Neto¹

Giselle Modé Magalhães²

No primeiro dossiê da revista *Germinar: marxismo e educação em debate* deste ano de 2025, intitulado *Marxismo e educação: desafios contemporâneos*, ficou evidente como a dinâmica antagônica da luta de classes está expressa, com as devidas mediações, no complexo educacional. O projeto do capital para a educação ganha contornos cada vez mais berrantes e se expressa no avanço da financeirização, na ascensão da extrema direita, na desregulamentação das relações de trabalho e na formação de trabalhadores cada vez mais dóceis e precarizados.

No complexo educativo brasileiro esta expressão se dará de diversos modos. Com a implementação da Base Nacional Comum do Ensino Médio (BNCC) e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), vimos sedimentar, no currículo brasileiro e no debate sobre formação de professores, a expressão de uma classe dominante que esvazia a escola de todo o seu sentido social humanizador, com um processo que revela seus vínculos com os interesses do capital (Mattos; Amenstói; Tolentino-Neto, 2025).

Se a BNCC e a BNC-Formação já anunciavam a tragédia, a farsa ficou explícita com o chamado Novo Ensino Médio (NEM). Com a oferta de um conjunto de itinerários formativos que incluíam disciplinas como “Brigadeiro Gourmet” (Prado, 2025) ou, na Bahia, o fatídico componente “Tira o pé do chão” (Bahia, 2022), e reduzindo a carga horária de disciplinas básicas como História, Geografia, Química, Física, o que vimos acontecer foi um aumento da desigualdade entre classes e, novamente, a classe trabalhadora da escola pública sendo a mais prejudicada. Isso não acontece, como mostram Cássio e Goulart (2022), sem a influência de grandes empresas nos fóruns estaduais.

Cumpramos observar que, no caso do NEM, os atores privados sempre estiveram sentados dos dois lados do balcão: como formuladores/as e disseminadores/as da política educacional, na qualidade de “sociedade civil” benemérita e interessada na melhoria da educação nacional; e como implementadores/as e executores/as da política nas redes públicas, na qualidade de “parceiros/as” dos governos estaduais, fornecendo quadros burocráticos para a gestão direta das secretarias de educação. Aos demais – comunidades

escolares, movimentos sociais, sindicatos –, restou “participar” das enquetes e consultas públicas controladas e, por fim, levar a cabo, nas escolas, o que as secretarias de educação e seus parceiros bilionários decidiram a portas fechadas (Cássio; Goulart, 2022, p. 288).

Alguns setores progressistas esperavam que, com a eleição do governo Lula em 2022, o Novo Ensino Médio fosse revogado, o que não aconteceu. O que tivemos foi “a reforma da reforma”, que apresentou avanços tímidos, mas manteve elementos centrais da precarização da educação da juventude, como, por exemplo, as 600 horas para os itinerários formativos, a possibilidade de admissão de professores sem formação (notório saber) e a possibilidade de oferta de ensino à distância (Cássio, 2024). O “novo-novo” Ensino Médio do governo Lula 3 não correspondeu, e a maioria dos setores progressistas, que foi tão combativo com a primeira reforma, se calou ou fez pouco barulho, e seguimos com uma educação básica em frangalhos.

Se o inventário da destruição da educação brasileira acabasse aqui, já teríamos trabalho suficiente na sua reconstrução, mas não acabou. À medida que esvaziamos a função social da escola, a demanda pelo uso da escola como função de controle se expande. Na Bahia, em 2024, 56.000 alunos estudam em escolas militarizadas, em uma parceria entre o governo do estado e a polícia estadual, iniciada em 2018, na gestão do governador Rui Costa³. No ano de 2025, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou a lei que instituiu o Programa Escola Cívico-Militar, reservando 7,2 milhões do orçamento anual da educação do estado (Agência Brasil, 2024).

Ainda nessa dinâmica de vigilância nas escolas, vemos crescer, cada vez mais, o uso de tecnologias digitais para o controle docente. O uso de plataformas que controlam o acesso dos professores, oferecem um material pronto que deve ser seguido, e estabelecem cobranças e metas do trabalho do professor, tem tornado a docência uma profissão cada vez mais sem autonomia e cada vez mais uberizada.

A prescrição e o monitoramento do trabalho dos docentes, por meio das plataformas digitais, vêm retirando a autonomia dos professores na definição do que trabalhar em sala de aula e na condução dos processos de aprendizagem. Em diversas redes de ensino de estados brasileiros, vem sendo implantada e tornada obrigatória a utilização de aplicativos e plataformas digitais, estabelecendo-se regras e metas de acesso pelos docentes. Em São Paulo, a Secretaria de Educação instituiu uma avaliação de desempenho dos professores baseada na utilização desses aplicativos, monitorando o acesso dos mesmos. Segundo os professores, essas medidas elevaram a pressão sobre seu trabalho e provocaram um esvaziamento curricular, já que eles acabam tendo que dedicar mais tempo a essas ferramentas do que ao ensino propriamente dito (Basílio, 2024; Viégas; Lamb, 2025, p. 6).

Com condições de trabalho cada vez mais precárias, não é à toa que a profissão docente tenha apresentado um quadro de esvaziamento e adoecimento. Uma pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), de 2023, revelou que 72% dos professores relataram exaustão e 63% estão em risco de *burnout*, devido à carga horária excessiva, baixos salários e falta de suporte pedagógico (Santos; Jorge; Aguiar, 2025). Além de identificarmos uma procura cada vez menor por esta profissão, que anuncia o chamado apagão docente, evidenciando que os contingentes de licenciados são menores do que os das respectivas demandas total e imediata de professores em várias áreas do conhecimento (Bof; Caseiro; Mundim, 2023).

O governo Lula contorna esse problema com os pífios programas intitulados “Mais Professores para o Brasil”, que conta com o Pé-de-Meia Licenciaturas – uma bolsa mensal de R\$ 1.050 durante o período regular de integralização do curso. Desse total, o estudante pode sacar, mensalmente, R\$ 700, os outros R\$ 350 serão depositados como poupança e poderão ser sacados após o professor ou a professora, recém-formado(a), ingressar em uma rede pública de ensino, em até cinco anos após a conclusão do curso⁴. E também com a recente aprovação da Carteira Nacional Docente, que prevê benefícios para os professores, como acesso à assessoria especializada em investimentos, descontos em eventos culturais, condições especiais para a compra de produtos e equipamentos.

Como podemos perceber, nenhuma dessas alternativas toca nos problemas centrais dos salários e das condições de trabalho docente, e buscam uma valorização do consumo por endividamento⁵, aprisionando ainda mais os/as trabalhadores/as da educação no ideal neoliberal da disciplina financeira e de responsabilização do indivíduo pelas suas conquistas e aquisições, tanto materiais como culturais.

Enquanto tudo isso acontece, vemos, de modo hegemônico, os cursos de licenciatura e pedagogia tentando resolver os problemas estruturais com anúncios mágicos centrados em metodologias ativas, competências socioemocionais, e *coachs* que prometem formas de ensino infalíveis. Ancorados em perspectivas multiculturais, sem cientificidade na sua profissão e sem lastro teórico-metodológico para sequer entender o que está acontecendo, o professor é lançado nesse mar revolto sem sequer ter a possibilidade de entender as razões do seu sofrimento e o sentido da sua profissão. Como nos diz Lígia Márcia Martins:

Este obscurantismo, terreno propício para consciências obnubiladas, aprisiona os sujeitos a um trato com os fenômenos que em pouco ultrapassa seus aspectos aparentes e periféricos, e, a este nível, dificilmente compreende-se não apenas a natureza do trabalho pedagógico, mas também as condições sociais nas quais ele se realiza. Ora, como nos ensina a psicologia, a incompreensão daquilo que deveríamos compreender para agirmos eficazmente é fonte geradora de ansiedade e sofrimento. Não compreender faz sofrer! Entendo, portanto, que esse tipo de profissionalização usurpa dos indivíduos as ‘ferramentas’, os ‘instrumentos’ psíquicos, como diria Vigotsky (1997), necessários ao enfrentamento dos inúmeros obstáculos que assolam a educação escolar. Julgo que os professores estão cada vez mais ‘(des)instrumentalizados’ para o exercício da docência (Martins, 2018, p. 140).

Diante desse cenário alarmante da educação brasileira, entendemos que cabe aos educadores uma “análise concreta da situação concreta” da educação brasileira, para tentar oferecer respostas, ainda que parciais, ao caminho a ser percorrido no sentido de termos armas da crítica para enfrentarmos a situação atual. Sem nenhuma pretensão de apresentar receitas prontas e soluções para todos os problemas que assolam a educação, este dossiê se soma ao primeiro número lançado pela Germinal em 2025 para tratarmos de questões candentes do nosso tempo, que vão desde elementos mais gerais sobre o papel da educação na sociedade capitalista contemporânea até questões particulares sobre a expressão deste modo de produção na sociedade brasileira com toda a sua diversidade.

Apenas para que nossos/as leitores/as acompanhem a decisão deste comitê editorial em publicar dois dossiês com a mesma temática neste ano de 2025, faz-se relevante pontuar que, quando abrimos a chamada para o dossiê "Marxismo e educação: desafios contemporâneos", em janeiro de 2025, recebemos

uma quantidade muito grande de artigos para avaliação, além dos artigos que já estavam em análise em nosso sistema. Apesar dos esforços empreendidos por toda a equipe editorial, ainda não conseguimos pareceres para todos os manuscritos submetidos dentro do prazo, pois há uma grande precarização do trabalho docente também no ensino superior. A falta de reconhecimento pela emissão de pareceres, bem como a sobrecarga de tarefas que incide sobre professores e recém-doutores, têm dificultado a dedicação necessária à avaliação de manuscritos.

Ao mesmo tempo, observamos um crescimento constante no número de textos submetidos à revista. Se, por um lado, esse aumento sinaliza a relevância da *Germinar* no debate marxista contemporâneo, por outro, revela que nem mesmo a crítica escapa às exigências produtivistas da academia, que impõe prazos cada vez mais apertados para a publicação científica. As demandas da pós-graduação e sua lógica de produtividade têm levado à submissão de textos ainda em estágio inicial de desenvolvimento, ou que abordam temas já amplamente debatidos, sem necessariamente trazerem contribuições relevantes ao campo marxista, o que compromete sua aprovação e publicação.

Dito isto, abrimos este **dossiê** com uma brilhante **Entrevista** da professora Ana Carolina Galvão que, além de resgatar a sua trajetória profissional e nos emocionar com a coragem de professores/as que atravessaram o seu caminho e trouxeram um novo sentido para a universidade em sua vida, nos mostra como a luta por melhores condições de vida não pode arrefecer diante do projeto do capital para a educação. Ana Carolina, em seu segundo mandato como presidenta da Adufes (seção sindical do Andes-SN), segue lutando, com paciência histórica, pela educação pública em um horizonte revolucionário.

Dentro das contribuições mais gerais para compreendermos as relações entre capitalismo e educação, o artigo que abre o **dossiê**, “Educação, ideologia e alienação: reflexões ontológicas a partir de Lukács”, assinado por Marllon Moreti de Souza Rosa e Mariana Aparecida Bologna Soares de Andrade, explora como as categorias ontológicas de ideologia e alienação em *Para uma Ontologia do Ser Social* (1986; 2018), de György Lukács, se manifestam no campo educacional, entendendo a educação como um complexo social que tanto reproduz quanto pode desafiar estruturas de dominação. E, ainda, Priscila Azevedo e Betânia Moreira, no artigo “A formação docente na agenda do Banco Mundial”, analisam as intervenções do Banco Mundial para a formação docente na atualidade, observando como essa agência tem atuado e influenciado a produção intelectual e a formação docente.

Em “O trabalho docente e a inteligência artificial na transição do livro didático de papel para o digital”, a autora Paula Mara de Melo e o autor Erlando da Silva Rêses exploram como o livro didático e as novas tecnologias digitais têm sido empregados de forma a alienar o(a) professor(a) de suas atividades educacionais. Na mesma direção, Lucio Braga, autor de “O trabalho em plataformas e a educação: uma pandemia de oportunidades”, examina o papel das *bigtechs*, em articulação com Estados e organismos internacionais, na mercantilização do ensino e na precarização do trabalho docente, demonstrando que a plataformização intensifica a lógica mercantil da educação e aprofunda a exploração do trabalho docente.

Voltando o olhar para a formação inicial de professores/as, João Pedro Nardy, Ana Verônica de Alencar, Matan Ankava e Rodrigo Castilho Freitas, assinam o artigo “Aprender a Aprender em escala industrial: construtivismo e pós-modernismo na formação de professores pela Univesp”, o qual analisa a

presença do “Aprender a Aprender” nas licenciaturas ofertadas pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) e percebem a recusa de referências críticas nos cursos analisados.

Pensando as relações entre o esporte e a educação, Rebeca Signorelli Miguel, Newton Antonio Paciulli Bryan e Débora Mazza contribuem com a análise sobre a especificidade dependente do Brasil e os limites na constitucionalização da educação e do esporte, que pode ser conferido no artigo “A constitucionalização do esporte e da educação e os programas de esporte na escola no século XXI: o Estado dependente e autocrático brasileiro”.

Sobre a reforma no ensino médio, temos o texto de André Ortega e Joana D'Arc Germano Hollerbach, “A implementação da reforma do ensino médio na rede pública paulista”, no qual investigam a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede pública do estado de São Paulo, apontando para o tripé composto pelo Currículo Paulista, pelo Inova Educação e pelo Novotec, como apoio central para a Reforma do Ensino Médio em São Paulo.

Por fim, o **dossiê** apresenta a discussão do currículo dentro da Pedagogia Histórico-Crítica. A autora Bruna Medina e o autor Leonardo Docena Pina, em “A produção teórica da pedagogia histórico-crítica sobre currículo”, comprovam a contribuição da produção teórica analisada para a educação básica, sobretudo no que diz respeito à divulgação de concepções nucleares da pedagogia histórico-crítica para enfrentarmos o desafio da escola pública em sua radicalidade.

Na seção **Artigos** temos um texto inédito de Larissa Bulhões, qual seja, “A subjetividade sob o regime de acumulação financeirizado: uma análise sobre a construção da consciência no ápice da mistificação capitalista”, no qual a autora articula a representação burguesa do real desvendada por Marx (2017a, 2017b) e a teoria de Leontiev (2024) sobre a formação da consciência na sociedade de classes. Francisco Malê Vettorazzo Cannalunga e Jonnefer Francisco Barbosa assinam “Objetivo e escopo da “teoria da decadência ideológica” de Lukács”, uma análise da “teoria da decadência ideológica” de Lukács, a fim de delimitar seu escopo e objetivo.

O artigo “Teoria da história e filosofia da práxis em Caio Prado: um marxista inovador” é assinado por Yuri Martins-Fontes Leichsenring e apresenta Caio Prado Júnior como um dos pioneiros na concepção de um marxismo autêntico nas Américas, rompendo com tradições evolucionistas. Na sequência, Luiza Miranda Furtuoso desvela aspectos fundamentais acerca da distinção entre emancipação política e emancipação humana a partir da relação indivíduo-gênero humano contida na obra de Marx, trazendo o artigo “Emancipação política e emancipação humana a partir da relação indivíduo-gênero humano”.

Temos ainda nesta seção, com o trabalho de Filipe Kalenguessa, uma discussão fundamental sobre a centralidade do Banco Mundial na política educacional angolana: “Formação da mulher angolana na mira do capital: considerações acerca do “PAT II” na política educacional angolana”. Já o artigo “Diálogos possíveis: Lukács-Postone e a aporia de Kurz”, escrito por Paulo Henrique Furtado de Araujo, explora as proximidades teóricas entre o último Lukács e a reinterpretação crítica de Marx proposta por Postone ao mesmo tempo em que tangencia os limites da crítica oferecida por Kurz a uma suposta ontologia do trabalho.

Por fim, apresentamos o artigo “O marxismo em “Educação Física: raízes europeias e Brasil” de C. L. Soares”, um estudo feito por Marcelo Paula de Melo, Edson Marcelo Hungaro e Julia Brito Diniz, que traz uma análise da presença do marxismo na publicação “Educação Física: raízes europeias e Brasil”, de Carmen Lúcia Soares (2012). E o artigo “Ética capitalista e o juízo ético-crítico marxista”, assinado por Tuany Baron, no qual a autora analisa o sistema econômico do capitalismo a partir do cânone filosófico da ética.

A seção **Clássicos/Documentos** conta com o texto intitulado *Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria*, do Samora Machel, líder da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e conduziu a independência do país em relação a Portugal. As reflexões de Samora Machel continuam sendo imprescindíveis, na medida em que defendem uma educação revolucionária: que não seja obscurantista, nem baseada em mitos locais ou em aspectos retrógrados oferecidos pelo colonizador, mas sem abrir mão da ciência e da história à serviço do povo.

E ainda trazemos neste número a **resenha** do livro *Bases anticoloniais para o ensino histórico-crítico de química: primeiras incinerações*, de Pedro Magalhães. Feita por Paloma Nascimento dos Santos, a resenha nos instiga a fazer a leitura desta obra tão atual e necessária para avançarmos as discussões anticoloniais dentro do marxismo e da pedagogia histórico-crítica.

Considerando a precarização do trabalho docente e editorial a que estamos submetidos, reiteramos nossos agradecimentos a todas as pessoas que fizeram possível esta publicação e desejamos que os textos deste número se espalhem pela educação brasileira, e possam somar forças na luta por uma educação revolucionária.

Referências:

AGÊNCIA SP. Governador sanciona lei que institui escolas cívico-militares em SP. Agência SP, 27 maio 2024. Disponível em: <https://www.agenciasp.sp.gov.br/governador-sanciona-lei-que-institui-escolas-civico-militares-em-sp/>. Acesso em: 29/09/2025.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BOF, A. M.; CASEIRO, L. Z.; MUNDIM, F. C. Carência de professores na educação básica: risco de apagão? **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, Brasília, v. 9, 2023.

CÁSSIO, F. O ‘Novo’ Ensino Médio é muito pior que o anterior. **Carta capital**, São Paulo, v. 13, n. 02, 2023.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022.

CÁSSIO, F. *A reforma do ensino médio e seus eufemismos*. Carta capital, 02 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-reforma-do-ensino-medio-e-seus-eufemismos/>. Acesso em: 29/09/2025.

MATTOS, K. R. C.; AMESTOY, M. B.; TOLENTINO-NETO, L. C. B. de. A BNCC e os interesses empresariais: simbioses entre o Público e o Privado na Educação. **Educação**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. e62/1–41, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/87114>. Acesso em: 29 set. 2025.

MARTINS, L. M. O sofrimento e/ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 11, p. 127–144, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ce marx/article/view/11294>. Acesso em: 29 set. 2025.

PRADO, M. Após reforma do ensino médio, alunos têm aulas de "O que rola por aí", RPG e brigadeiro caseiro. **Exame**, São Paulo, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/apos-reforma-do-ensino-medio-alunos-tem-aulas-de-o-que-rola-por-ai-rpg-e-brigadeiro-caseiro/>. Acesso em: 30 set. 2025.

SANTOS, F. del V.; JORGE, C. H. M.; AGUIAR, G. A. o mal-estar na docência: condições de trabalho e sua (inter) relação com o adoecimento psíquico. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Camelo, MG v. 40, 119-134, 2025.

VIEGAS, M. F.; LAMB, M. E. Plataformas digitais, Estado e desigualdade no trabalho docente com dados. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 45, n. 2, p. 1-11, 2025.

Notas

¹ Possui graduação em Química pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutorado pelo programa de pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia. É líder do grupo de pesquisa ENCONCIÊNCIAS (Grupo de Pesquisa em Ensino Concreto de Ciências). Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5284620682449345>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6620-2989>. E-mail: helioneto@ufba.br

² Doutora em Educação Escolar. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Psicóloga. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Concreta (GEPCO) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Concreta da UFSCar (GEPCO-UFSCar): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/822338>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2726281356078379>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4045-704>. E-mail: gisellemagalhaes@ufscar.br.

³ Ver reportagem: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/26/escolas-militarizadas-crescem-e-unem-governos-de-direita-e-esquerda.htm>.

⁴ Ver a reportagem do Andes Sindicato Nacional sobre o programa: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/programa-mais-professores-para-o-brasil-e-uma-maquagem-e-nao-valoriza-a-profissao1>

⁵ Há nesta página: <https://www.instagram.com/p/DOn5ezmkS7U/> um conjunto de *cards* da professora Amanda Moreira da Silva (Uerj) com uma análise curta, mas excelente sobre a Carteira Nacional Docente.